

# Votação só será retomada na terça-feira

## Até lá líderes tentarão fazer um acordo sobre os direitos individuais e coletivos

As votações do projeto de Constituição pelo plenário serão suspensas hoje e só deverão ser retomadas na próxima semana. Esta interrupção nos trabalhos acontecerá por que as lideranças partidárias e dos grupos existentes na Constituinte não chegaram a um acordo sobre o Título II, que inclui Garantias Individuais e Direitos dos Trabalhadores. A falta de quorum também foi um dos motivos do adiamento para segunda ou terça-feira da semana que vem. O anúncio foi feito ontem no final da tarde pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Ele revelou ainda que em todo o final de semana serão realizadas reuniões para discussão e busca de entendimento sobre o próximo título, a partir do Artigo 6º do Projeto.

Mesmo com uma reunião já marcada pelo presidente Ulysses Guimarães para as 9 horas de hoje, para o início das conversações, uma sessão plenária foi convocada para o mesmo horário. O vice-presidente da Mesa, senador Jorge Arbage disse que enquanto no plenário a sessão será aberta com o pequeno expediente e comunicações de lideranças, os líderes estarão tentando o acordo sobre os primeiros pontos do Título II. Se se chegar ao consenso, pode ser que haja alguma votação, do contrário, tudo fica mesmo para a próxima semana.

Mais pessimista, o líder do Centrão Dasso Coimbra (PMDB/RJ) prevê que só na terça-feira será possível a retomada dos trabalhos de votação do projeto, e garante que nesta sexta-feira e na segunda, haverá número suficiente de parlamentares em plenário. "Será muito difícil chegar a um acordo sobre o Título II e a ideia é só colocá-lo em votação com alguns pontos acordados, para evitar discussões intermináveis e novos adiamentos provocados por impasses em plenário. Por isso vamos gastar estes quatro dias negociando o que for possível", revelou o líder do Centrão.

O presidente da Constituinte Ulysses Guimarães já anunciou que atuará como coordenador destes grupos de negociação, sendo que amanhã também já está convocada uma nova reunião para continuar as discussões. Destes encontros deverão participar representantes de todas as correntes existentes no plenário: Centrão, Centrinho, Grupo dos 32, MUP e a ala esquerda do PMDB e pequenos partidos.

### Artigo 6º tem 60 parágrafos

A primeira reunião para a negociação em torno do Capítulo II estava marcada para ontem à noite, já com a expectativa de que hoje não haverá votação. Os constituintes acham que o Centrão não terá os 280 votos necessários à aprovação de suas propostas numa sexta-feira, e por isso não dará quorum.

O capítulo conta com apenas um artigo, o 6º do projeto, que tem, entretanto, nada menos do que sessenta parágrafos. Trata de questões como o aborto e a pena de morte, e apresenta figuras novas, como o habeas data — para assegurar ao cidadão o conhecimento de informações e referências relativas à sua pessoa, pertencentes a registros ou bancos de dados de entidades particulares, públicos ou de caráter oficial —, e o mandato de segurança coletivo — a ser utilizado por partido político, organização sindical, entidade de classe ou qualquer associação legal.

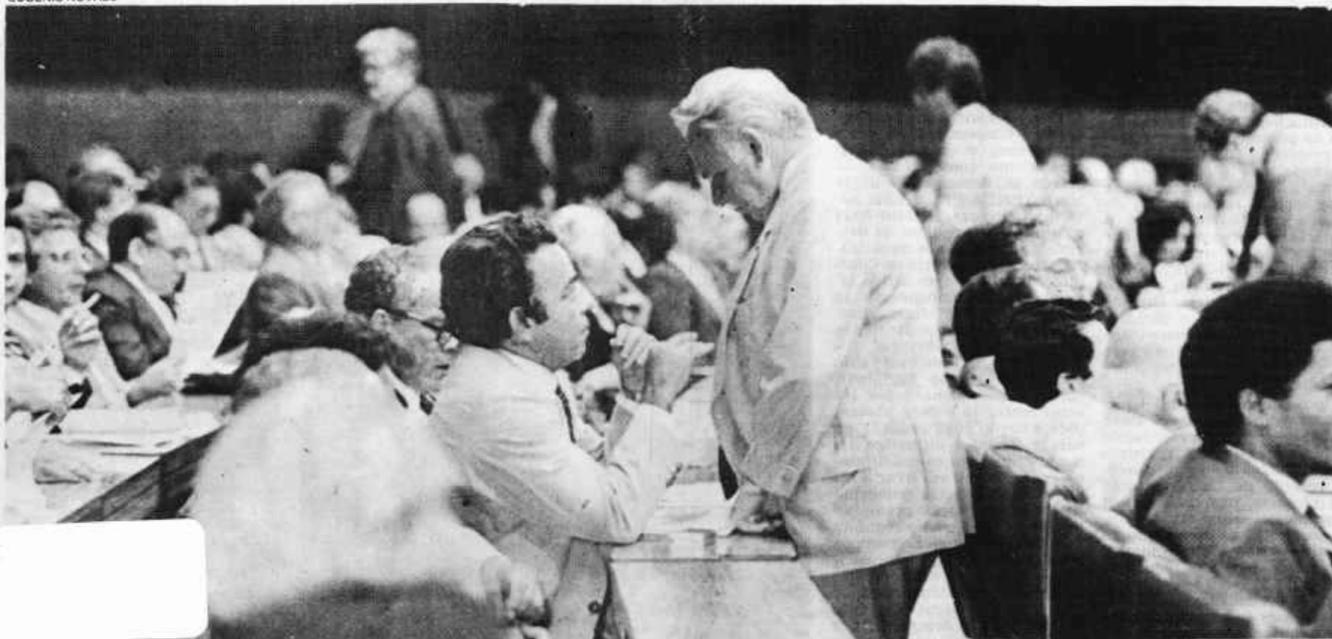
Nos 60 parágrafos, muitas outras questões são colocadas: punição de discriminação, liberdade de manifestação do pensamento, liberdade de consciência e crença, qualificação da tortura como crime imprescritível e inafiançável, além de insusceptível de graça ou anistia. O texto garante ainda a inviolabilidade da vida privada, da imagem das pessoas e do sigilo da correspondência das comunicações telefônicas e de dados; a inexistência da pena de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento; o respeito à integridade física e moral dos presos.

Mais de cem emendas foram apresentadas ao capítulo. O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), por exemplo, quer a criação do Defensor do Povo, e o deputado Roberto Torres (PTB-AL) pretende que a lei assegure o rápido andamento dos processos judiciais.

Emenda substitutiva de um dos coordenadores do Centrão, deputado José Lins (PFL-CE), pretende, entre outras alterações ao projeto da Sistematização, preservar o sigilo da fonte jornalística, tornar inafiançáveis, imprescritíveis e insusceptíveis de graça ou anistia o tráfico de drogas, o crime hediondo e o terrorismo, e explicitar que o trabalho é um dever de todos. A emenda também propõe a possibilidade da pena de morte no caso de guerra declarada, e quer retirar o direito às presídias de condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Na parte relativa à expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, Lins pretende retirar a expressão "independentemente de censura ou licença". O deputado quer que a indenização por desapropriação seja feita em dinheiro, não aceita mandato de segurança coletivo.

EUGÊNIO NOVAES



Dasso Coimbra, coordenador do Centrão, comandou também um esquema de orientação aos membros do grupo sobre a forma de votar

## Centrão tem baixas mas ainda crê na maioria

VERA RAMOS  
Da Editoria de Política

O Centrão já não conta mais com os 306 constituintes que, inicialmente, votaram a favor de suas teses. Dentre os 24 parlamentares que na quarta-feira votaram contra a emenda do grupo, vários deles confirmaram que não fazem mais parte do corpo permanente centrista. Sua participação limitou-se à aprovação da mudança do regimento interno da Assembleia Constituinte.

O deputado Adilson Motta (PDS-RS), irritado com a inclusão de seu nome entre os integrantes do Centrão, enviou ontem uma carta ao deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), coordenador do grupo, exigindo-se de qualquer compromisso. "Não estou saindo do Centrão, porque nele nunca estive". A exemplo de Adilson Motta, o constituinte Ivo Wanderline (PMDB-SC) também se manifestou, publicamente, fora do Centrão, e explicou, através de telegrama à liderança de seu partido, que votará com o grupo apenas para modificar o regimento de votação do texto constitucional.

Além dos 24 parlamentares que votaram contra a emenda, o Centrão sofreu mais 30 baixas

de constituintes que não estavam presentes à votação. As explicações para as ausências foram as mais diversas. A senadora Eunice Michiles (PFL-AM) alegou doença, e outros, como o deputado Homero Santos (PFL-MG) disse "estar viajando". No entanto, ressaltou, que, mesmo estando em plenário, não se sentia comprometido com o Centrão. "Se estivesse aqui, talvez votasse contra, porque não me considero do grupo", disse.

Além das baixas com ausências e defecções, o Centrão poderá se ver sem os votos de 16 parlamentares da bancada do PTB. Ontem à tarde, o líder do partido, deputado Gastone Rigli (SP), ocupou a tribuna da Câmara, no horário da liderança, para desfechar farpas contra dois articuladores do grupo: os constituintes José Lourenço, líder do PFL na Câmara, e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), pelas recentes declarações em favor de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Visivelmente irritado, Gastone Rigli acusou de irresponsáveis as posições assumidas pelos dois deputados, lembrando que, desde o início, o Centrão se comprometera em não se posicionar sobre mandato presidencial e sistema de governo. Nos bastidores do

Centrão, a irritação do líder do PTB por pouco não levou a um rompimento definitivo, contornado por Roberto Cardoso Alves que alegou ser a favor de cinco anos, em caráter pessoal. O coordenador do Centrão, deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), responsável pela mobilização dos parlamentares, admitiu que o grupo está sofrendo baixas. "São os arrependidos". No entanto, garantiu que o Centrão ainda mantém a maioria no Plenário, com os 280 votos necessários para aprovar as suas emendas. Ele recusou-se a aceitar que os centristas estejam perdendo terreno e disse que o grupo continua coeso.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), que também afirmou não estar mais no Centrão, acredita que o grupo não conseguirá manter a sua homogeneidade até o final dos trabalhos da Constituinte. Disse que há propostas centristas nas quais votará a favor, porém, seu voto não está comprometido. O deputado Valmir Campello (PFL-DF), que inicialmente votou com o grupo, também desfez seu compromisso. "Voto com a minha consciência. Esse negócio de formar blocos na Constituinte é demagogia. É coisa de estrela que quer aparecer nos jornais".

## Grupo isola posição radical

Ricardo Fiúza, da "direita; Paes Landim pelo Centro e Ricardo Izar, pela "esquerda". A isso o deputado Roberto Jefferson chama de Centrão do B, aquele grupo que rejeita a pecha de fisiologista e discorda da insistência com que tentam vincular-lo a compromissos com mandato de cinco anos, regime de governo e inversão da pauta. Para ele, o líder Carlos Sant'Anna se equivocou quando vendeu ao presidente José Sarney uma imagem irreal do Centrão, que diante da dinâmica dos fatos decidiu voltar aos trilhos da normalidade. Isso, admite o petebista carioca, pode ser tomado como prenúncio de crise.

Outro centrista também confirmou que o grupo passou a ter graves preocupações com a postura do deputado Roberto Cardoso Alves, apoiado pelo líder do PFL, José Lourenço, quando defende a necessidade de o Governo dar uma mãozinha ao Centrão com cargos ou demissão de pessoas indicadas por gente que votará por quatro anos. Há ainda a informação de que a divulgação de listas com as respectivas indicações gerou baixas nas hostes do Centrão, pois muitos constituintes se sentiram prejudicados com o privilégio de outros que nomeavam às escondidas.

Paralela a esta realidade, outros deputados que se consideram mais livres começaram a informar aos centristas que diante da ameaça de serem rotulados de direita e fisiológicos, preferem então evoluir para aprovar um mandato de quatro anos e recuperarem a performance política.

O relacionamento entre as duas correntes mais fortes do

Centrão acabou obrigando a desistência informal de um "embaixador" para conversar com Roberto a respeito de sua postura sobre cargos, traduzida pelo "é dando que se recebe". Mas ele se irritou com os apelos para que se contenha, achando que isso tinha origem no clima existente no grupo devido a sua divulgação maior na imprensa. Mesmo assim, Roberto depois reviu sua postura e afirmou, na sessão da Constituinte, que o Centrão não tem posição fechada sobre o mandato presidencial, registrando apenas posições individuais. Há ainda a predominante disposição de discordar da possibilidade de negociar com o Governo cargos e favores pela sustentação política antes de decidido o mandato. E a cobrança do acordo interno, que se deu pelas teses da Constituinte. O deputado Roberto Jefferson defendeu ontem a realização urgente do Centrão para definir estes pontos que começam a ameaçar a unidade do grupo. A crise, segundo revelou, originou-se na tentativa do líder Carlos Sant'Anna em brejar as negociações para não demonstrar fraqueza. Até Ricardo Fiúza se opôs, preferindo o caminho mais viável para evitar o congestionamento da Assembleia e o impasse dos buracos negros. Ontem mesmo, numa conversa com o líder Mário Covas, acertou encontros e conversas capazes de viabilizar as votações.

Para Fiúza, a grande vitória do Centrão foi reformar o regimento, e conquistar pelo apoio de 280 assinaturas a preferência para suas emendas. Ele não aceita que os acordos sejam descartados nem que o grupo seja massa de manobra para interesses fora da Constituinte. Na tradução de Roberto Jefferson, o Centrão não quer se tornar um ajuntamento de gorilas, nem fazer uma Constituição de ressentimento e ódio.

Aliás, vinculando os interesses sobre mandato, com as dúvidas sobre o resultado da política econômica do arraz com feijão, profetizou o deputado do PTB: "Se puserem água no feijão e o arroz queimar na panela, nós vamos meter quatro anos no Sarney. Basta que a inflação prevista para abril se concretize em 30% e quero ver quem vota para cinco anos".

E por isso que ele admitiu que as colocações do deputado Roberto Cardoso Alves a respeito da antecipação da votação para o mandato porque o tempo inviabiliza os cinco anos acabou servindo de alerta ao Centrão, que rejeita a manipulação dos seus integrantes.

## Esquerda festeja mas admite que não tem maioria

Acabou o mito da força avassaladora do Centrão. Essa é a opinião geral entre os setores progressistas da Constituinte, que ontem já respiravam aliviados diante do insucesso do Centrão na primeira votação em plenário, na quarta-feira. Mas a satisfação com a confirmação de que o Centrão dificilmente conseguirá maioria em plenário não quer dizer que a esquerda esteja cantando vitória — como também não tem maioria, avverte que a palavra de ordem, de agora para frente, é entendimento.

"O há entendimento ou não há Constituição", repete ontem o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Ele espera que todos "tenham juízo" para costurar acordos que, a seu ver, são viáveis em quase todo o texto constitucional, com exceção dos pontos onde o confronto realmente será inevitável, como duração de mandato presidencial e sistema de governo.

A ideia do Centrão como bloco monolítico e rolo compressor na Constituinte já não existe, observou Fernando Henrique, para quem tudo não passou de intensa propaganda. A própria fisiologia do grupo foi fator preponderante para corroe-lo, na opinião do líder.

O líder do MUP — Movimento da Unidade Progressista do PMDB —, deputado Nelson Friedrich, tem uma posição semelhante. Ele considera que o Centrão está virando uma palavra feia no Brasil" e que os integrantes do grupo estão aos poucos se dando conta disso e revendo suas posições. Além disso, lembra o deputado, os próprios conflitos internos do grupo começam a se exacerbarem diante das questões concretas, que vão sendo colocadas em votação.

O Centrão assusta menos a esquerda? Ainda é cedo para dizer que sim, na avaliação de Nelson Friedrich. Ao observar que sem entendimento se vai

## A ESTRELA DO DIA



Oswaldo Bender, do PDS do Rio Grande do Sul

## Duplicar estrada, o tema

Embora quase nunca apareça nos grandes embates da Assembleia Nacional Constituinte, não há quem desconheça a presença marcante do deputado Oswaldo Bender (PDS-RS), no plenário. Participante incansável, o parlamentar quase nunca abre mão de discursar no período destinado ao pequeno expediente. Suas palavras, no entanto, nem sempre transmitem qualquer preocupação com o dia-a-dia dos trabalhos constituintes, e a ninguém chega a espantar quando, em qualquer sessão histórica, o deputado pecha a palavra para homenagear o 2º Rodeio Internacional da cidade de Vacaria, no Rio Grande do Sul.

Ontem mesmo, Oswaldo Bender subiu à tribuna manifestando-se favorável à duplicação da BR-116, que liga Curitiba a São Paulo, por se mostrar sensível ao aumento de acidentes de trânsito em todo o País. Oswaldo Bender é co-

## Emenda do povo pode ser votada

As 112 emendas populares encaminhadas à Constituinte em agosto do ano passado, praticamente esquecidas na elaboração dos projetos constitucionais, poderão ser votadas em Plenário. No horário reservado à liderança do PMDB, no início da sessão de ontem da Constituinte, o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) informou ter conseguido as assinaturas necessárias que garantem a votação de projeto de resolução de sua autoria, assegurando às emendas populares as mesmas prerrogativas fixadas para as emendas coletivas.

Segundo o Regimento da Câmara, o presidente Ulysses Guimarães tem agora 10 dias para dar o seu parecer sobre a matéria, colocando-a depois em votação. Para que seja aprovada, o projeto precisa dos mesmos 280 votos exigidos para qualquer emenda. Mas, se essa maioria for conseguida, as emendas populares, subscritas por 10 milhões e 750 mil eleitores brasileiros, terão a preferência automática, sendo colocadas em votação no mesmo nível das emendas coletivas.

A proposta de Pompeu precisava de 93 assinaturas para registro junto à Mesa da Constituinte. Ele coletou 96, incluindo o apoio de todas as lideranças do Senado. Na Câmara, só não assinaram os líderes do PFL e do PDS. Por isso, o Senador está confiante da aprovação do seu projeto: "O mínimo que os constituintes, eleitos pela vontade soberana do povo, podem dedicar à livre manifestação popular é o testemunho explícito de sua opinião".

Ao falar da tribuna da Constituinte, o senador Pompeu de Souza ressaltou que as 112 emendas populares encaminhadas por uma centena de entidades da sociedade civil representam um avanço na história do processo legislativo brasileiro, já que pela primeira vez se garantiu a participação popular nesse terreno. "É injustificável, por todas as razões, que o resultado dessa verdadeira cruzada cívica venha apenas a receber o esquecimento dos arquivos e o protocolo nos anais da Assembleia Nacional Constituinte", afirmou.

## Collor quer ver dossiê do Planalto

Recife — O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello desafiou ontem, nesta capital, o presidente José Sarney, a que divulgue o dossiê, que, segundo se noticiou em Brasília, teria em mãos, dando conta de irregularidades cometidas por ele quando prefeito de Maceió, contendo ainda informações de que o chefe do executivo alagoano percorre o País de jatinho pago pelos cofres públicos falando mal do Presidente.

"Eu respondo com exemplos, não com palavras nem coações", disse Collor, qualificando de "mentiras" as acusações. O governador esteve no Recife visitando o arcebispo D. Helder Câmara e o governador Miguel Arraes, com eles analisando o quadro político nacional e comunicando a sua disposição de postular a candidatura a Presidente da República.

Sem se abalar com o conteúdo da pergunta a respeito das acusações, o governador Fernando Collor declinou os "exemplos" com os quais disse responder ao que contém no dossiê: "extjto que ele divulgue esse dossiê. Quanto ao jatinho a que se refere, digo que é mentira. O governo do Estado não depende um centavo por qualquer tipo de despesa que o governador, até como representante oficial de seu Estado está fazendo, como na recente viagem à China, feita às minhas expensas, com passagens pagas de meu bolso, sem um centavo de diária, como aliás de todas as pessoas que me acompanharam. O avião pertence ao empresário João Lyra, ex-candidato ao Senado pelo PMDB em 1986, que gentilmente me cede quando não há compatibilidade entre os horários dos aviões de carreiras e o dos meus compromissos".

Com relação à sua visita ao governador Miguel Arraes, Collor explicou que não teve o objetivo específico de comunicar a sua candidatura à Presidência da República, embora o assunto tenha surgido no decorrer da conversa. O governador alagoano disse que os dois se detiveram em analisar o quadro político-institucional do País, e mais especificamente as relações que o Governo Federal pratica contra os dois estados, por defenderem seus governadores o mandato de quatro anos para o presidente Sarney, que quer cinco.

"Discutimos as retaliações do Governo, que ao invés de liberar os recursos que estão engavetados em Brasília, aumentando a fome do povo, fica fazendo esse tipo de acusações. O Governo tem que ter vergonha, tem de respeitar os homens de bem, tem que respeitar Alagoas, um pedaço de chão limpo neste País. O Governo não pode querer conspurcar esse solo, ele tem que botar é os ladrões e corruptos na cadeia, respeitar o povo brasileiro, dando a ele o que reivindica, como eleições diretas este ano, e não vir com ações deletérias como essa que em nada ajudam o debate político, nem resolvem os problemas do povo que passa fome", disse o governador.

GIVALDO BARBOSA



O debate se acirra entre Fiúza e Lourenço